

PLR evolui e atinge a todos

Pagamento passou a contemplar toda a categoria bancária no País após a unificação em 2003, mas valores repassados ainda são pequenos se comparados aos lucros das instituições financeiras

Se a empresa teve lucro, todos os funcionários recebem uma parte. Essa é a regra básica da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), uma das principais conquistas da categoria bancária desde 1995 e que, mais recentemente, com a unificação das campanhas salariais, passou a ser usufruída também pelos trabalhadores dos bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Federal (veja quadro nesta página). Até então, nos públicos o que valia eram programas discriminatórios, vinculados ao cumprimento de metas e com critérios de seleção e valor definidos exclusivamente pelos bancos. Com isso, muitas vezes numa mesma agência um ou outro funcionário recebia sua parte, enquanto a maioria ficava a ver navios.

“A partir de 2003, com a campanha unificada, essa discriminação deixou de existir. No entanto, ainda temos muito a avançar na questão da PLR”, aponta a presidenta do Sindicato, Maria Rita Serrano. Uma das reivindicações, além do aumento no valor, é que não haja desconto dos programas

de metas ou resultados, como já fazem Unibanco e ABN, entre outros bancos. Rita lembra que, nesse ano, por conta do forte movimento grevista, a Caixa Federal, da qual é funcionária, pagou uma PLR diferente, não proporcional aos salários, e que chegou perto de um valor linear, como já fazem empresas de outros setores, mas nunca foi feito pelos bancos.

“É preciso ter claro porém que, no caso da Caixa, não foi o conceito de linearidade que definiu a PLR, e sim o movimento grevista, motivado pelo fato de o banco ter se recusado a distribuir o mesmo montante do ano anterior”, esclarece. De qualquer forma, a mudança não agradou a todos, já que a Caixa propôs distribuição diferente para comissionados e não comissionados, o que gerou o descontentamento no segmento gerencial. “Para o próximo ano teremos o desafio de tentar avançar nesse debate de PLR, já que os bancos em geral distribuem muito pouco se comparado a seus crescentes lucros”, aponta Rita.

Embora os bancários já recebam PLR desde 1995 ela só se tornou lei no ano 2000. Mesmo assim nem todas as

Os avanços na PLR (*)

Banco do Brasil	Bancos privados	Caixa Federal
2003 – 80% mais R\$ 650	1995 – 72% mais R\$ 200	2003 – 80% mais R\$ 650
2004 – 80% mais R\$ 705	1996 – 60% mais R\$ 270	2004 – 80% mais R\$ 705
2005 – 80% mais R\$ 2.710,95	1997 – 80% mais R\$ 300	2005 – 80% mais R\$ 800
2006 – No primeiro semestre, 95% mais 4% do lucro líquido linear (R\$ 1.814,49) mais parcela fixa de R\$ 412.	1998 – 80% mais R\$ 300	2006 – 80% mais R\$ 3.167
No segundo semestre, 45% mais 4% do lucro líquido linear (R\$ 1.011,36) mais parcela fixa de R\$ 412	1999 – 80% mais R\$ 400	2007 – R\$ 4.100 aos sem função e R\$ 4.362, 84 aos com função
2007 – 4% do lucro líquido na distribuição linear (R\$ 1.169) mais R\$ 439; percentual de no mínimo 40% do salário bruto.	2000 – 80% mais R\$ 450	Lucro do banco em 2007 (primeiro semestre): R\$ 1.715.566.
Lucro do banco em 2007 (primeiro semestre): R\$ 2.477.168.	2001 – 80% mais R\$ 500	
Nota: em 2005 a PLR foi composta de duas partes, o módulo linear (valor fixo mais 4% do lucro líquido) e variável (80% do salário).	2002 – 80% mais R\$ 550	
	2003 – 80% mais R\$ 650	
	2004 – 80% mais R\$ 705	
	2005 – 80% mais R\$ 800	
	2006 – 80% mais R\$ 828	
	2007 – 80% mais R\$ 878	
	Lucro dos maiores bancos privados: Bradesco – R\$ 4.006.622 (primeiro semestre de 2006); Itaú – R\$ 4.016.474; Unibanco – R\$ 1.421.560; Santander – R\$ 1.002.169	



Fonte: Dieese – subsede Seeb SP

(*) PLR adicional:

- Desde 2006 os bancos privados pagam também a PLR adicional.
- Os bancos que ao calcularem a distribuição da PLR não atingirem 5% do lucro líquido devem majorar o valor até chegar a dois salários, com teto de R\$ 11.652. A este montante será acrescido adicional à PLR de até R\$ 1.800, dependendo do crescimento do lucro de cada banco, pago acima da regra da PLR e sem desconto de programas próprios de remuneração.
- No caso da Caixa Federal, se atingir os 15% o pagamento será de R\$ 600
- A PLR adicional está dividida em duas etapas: a primeira sendo paga agora, referente ao lucro registrado no primeiro semestre. A segunda será paga até março e é referente ao fechamento do balanço de 2006. Na Caixa também será paga em março, com o mesmo critério.

categorias recebem PLR. Em muitos casos, quando isso acontece, o valor fica muito aquém do que seria uma real “participação” nos lucros. Outras, porém, vêm avançando por intermédio da ação de seus sindicatos, como é o caso, por exemplo, dos bancários, metalúrgicos e trabalhadores da área química.

Leia
mais

Leia no artigo desta edição “A difícil arte de ensinar”

Sindicato orienta bancários a não assinarem aditivo do Itaú

Bradesco: funcionários fraudam cartão de ponto e são demitidos e mais...

página 2

Sindicato na luta em defesa da Nossa Caixa e contra privatizações

Em De Olho no Site saiba como está a reforma da nova sede do Sindicato

Em Direitos: Descontos nos salários

página 3

Futsal: Senador é o campeão do campeonato de 2007

Bancários do ABC: ajude a recuperar essa história

Exercite a reflexão no Na ponta da Língua

página 4

ABN/Santander

Garantir emprego e unificar contratos são as prioridades

Artigo

A difícil arte de ensinar

O filme *O Triunfo* (2006) relata os desafios epistemológicos, sociais, estruturais e até ecológicos da relação professor-aluno. O filme é baseado na vida de Ron Clark (1994), um professor bem sucedido na Carolina do Norte (EUA), que parte para novos desafios e vai dar aulas no Harlem, em Nova York, Estados Unidos. A primeira barreira que o professor tem que vencer é a disputa pelo cargo, que, conforme vemos no filme, não é fácil e deixa muitos pelo meio do caminho. Trazendo para a nossa realidade, lutar contra as regras do diretor e as normas da instituição, nem sempre as mais pedagógicas, é outra árdua batalha que professores e professoras enfrentam no seu dia-a-dia. Depois as resistências dos próprios alunos, que, muitas vezes, não possuem noções de limites, direitos e deveres, nem de ecologia humana.

A pedagogia de Paulo Freire (1983) requer um educador ou educadora "percebedor" e "problematizador" da realidade. Ron Clark tem o mérito de ter escolhido para ensinar a "turma-problema" da escola. Mas ele rapidamente se dá conta que é preciso conhecer a realidade e respeitar a individualidade de cada aluno, de cada aluna. São necessários envolvimento, inclusive emocional, um código de convivência, ajuda e respeito mútuos. (...). *Leia íntegra no site.*

Zacharias Bezerra de Oliveira, jornalista

Fonte: Adital

A exemplo do que ocorreu no Banespa, é preciso manter o patamar mais vantajoso para os funcionários dos dois bancos

Garantir o emprego para todos e a unificação dos contratos de trabalho pelo que for mais vantajoso para os bancários das duas instituições. Essas são as prioridades do movimento sindical na recente compra do ABN Real pelo Santander Banespa. Prioridades que já foram estabelecidas em outros momentos de fusões, como é o caso, por exemplo, da aquisição do Banespa pelo grupo Santander em novembro de 2000.

De lá para cá, os funcionários dos dois bancos tiveram muito a reivindicar até o estabelecimento de um padrão igualitário nas condições de salário e trabalho. Os dirigentes sindicais foram buscar apoio em instâncias nacionais e internacionais, exatamente como ocorre agora. No ano de 2003, um congresso definiu conjunto de ações em defesa do emprego e dos direitos de todos os funcionários da ativa e aposentados. Entre essas ações estava a que tinha como slogan "Demitiu, parou!", forçando os novos

patrões a respeitarem o emprego. Uma grande mobilização também permitiu que a estabilidade no emprego fosse prorrogada em acordo que vigorou até 2005.

Unificação

Outro tema definido foi a unificação dos contratos, para garantir isonomia de direitos. "Foram deliberações decisivas no sentido de garantir uma transição sem traumas para os funcionários, e com as quais obtivemos êxito", aponta o diretor sindical Ageu Ribeiro, funcionário do Santander Banespa (*veja quadro*). Essa mesma mobilização se repete agora com a compra do ABN pelo grupo Santander. O diretor sindical Orlando Puccetti Jr. lembra que, embora o ABN tenha diversos problemas, abriu espaços de diálogo sobre diversos temas com os representantes sindicais. "Dessa forma os trabalhadores conquistaram avanços que precisam ser estendidos aos funcionários do Santander, como política de bolsas estudos e mudanças na área de saúde ocupacional da

Conquistas no caso Banespa/Santander

Folha de pagamento – mesma data para crédito. Antes, o Santander Banespa pagava no dia 25; hoje todos recebem no dia 20;

Isenção de tarifas – só o Santander oferecia; com a unificação, passou a valer aos funcionários dos dois bancos;

PLR e índice de reajuste – o Banespa pagava dois salários de PLR, enquanto o Santander seguia apenas a regra básica. Hoje o valor é o mesmo. O índice de reajuste aplicado aos salários e demais verbas também é igual a todos.

Ponto eletrônico – Com o contrato unificado, à exceção do gerente-geral, todos os demais têm cartão de ponto, facilitando o registro e controle.

empresa", explica.

No mês passado, representantes sindicais estiveram em Brasília e realizaram jornada de lutas que começa a apresentar bons resultados – o mais recente deles foi o encontro, na última quinta 25, com Elizabeth Farina, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). "Quere-

mos dar nossa contribuição, já que conhecemos bem os problemas de fusão e aquisição no sistema financeiro nacional", explicou Carlos Cordeiro, secretário-geral da Contraf-CUT. A subseção do Dieese na Contraf-CUT também preparou análise sobre o impacto destas transações no sistema financeiro nacional.

Bradesco: funcionários fraudam cartão de ponto e são demitidos

O banco, ao fiscalizar o procedimento, demitiu os funcionários, que alegaram ser pressionados à marcação incorreta

No dia 11 de outubro o Bradesco demitiu seis bancários no ABC fundamentado na anotação incorreta das respectivas jornadas de trabalho. De acordo com o que foi informado ao Sindicato, os funcionários, a mando da chefia, passavam o cartão de ponto eletrônico no horário de saída, porém permaneciam trabalhando, sem gerar horas extras a serem pagas pelo banco. Além disso, faziam horário de almoço menor, mas marcavam o ponto somente após uma hora de intervalo.

Segundo normas do Ministério do Trabalho para os estabelecimentos com mais de 10 trabalhadores é obrigatória a anotação pelo próprio empregado da hora de entrada, saída e intervalo em registro manual, mecânico ou eletrônico.

O Bradesco também fundamentou as dispensas dos

bancários na prática de vendas de produtos a parentes e amigos dos próprios funcionários que, pouco tempo depois da compra, cancelavam a solicitação.

"O problema é que esses trabalhadores eram pressionados a agir dessa forma para cumprirem metas e darem conta do serviço", afirma Maria Rita Serrano, presidenta do Sindicato. "Sempre denunciávamos a prática de fraude à jornada e orientamos os bancários a marcarem o ponto corretamente. Em caso de pressão, devem comunicar o Sindicato", alerta Rita.

A presidenta menciona também que esse fato demonstra o quanto fraudar a jornada é grave. "Além de se caracterizar como trabalho gratuito, traz prejuízos à saúde e, em caso de acidente de trabalho ou assalto, poderá ser usado contra o bancário", finaliza Rita.

HSBC: consultoria fará pesquisa sobre plano odontológico

Em negociação no dia 25 com representantes dos funcionários, da qual o Sindicato participou, o banco finalmente concordou com a implantação do plano odontológico e anunciou a contratação de uma empresa de consultoria (AON) que irá realizar pesquisa com os funcionários (de 6 a 13 de novembro) para verificar o melhor modelo operacional e plano a serem contratados. A perspectiva é de que até janeiro o plano odontológico esteja disponível para os empregados.

Sindicato orienta bancários a não assinarem aditivo do Itaú

O Itaú está solicitando que os bancários assinem eletronicamente um termo aditivo no Portal de RH do banco. Entre as normas desse documento está uma autorização para que a empresa possa ter acesso à conta bancária do funcionário. O trabalhador assina estar ciente que receberá punições cabíveis em casos de descumprimento de qualquer dos termos mencionados no aditivo. O Sindicato orienta a não assinatura por enquanto. Esse assunto será discutido com o Itaú.

Nossa Caixa Sindicato na luta em defesa da Nossa Caixa e contra privatizações

Categorias envolvidas no processo de venda das estatais paulistas, entre elas os funcionários da Nossa Caixa, realizam ato em São Paulo e denunciam o risco dos planos do governo tucano

No último dia 25 trabalhadores das empresas estatais, entre eles da Nossa Caixa, realizaram ato em São Paulo contra o processo de privatização retomado pelo governo do Estado. A atividade contou com a participação de todas as categorias envolvidas. Além de distribuição de jornais, houve performance teatral bem-humorada, chamando a atenção da população para os riscos que as privatizações trazem para o futuro dos serviços públicos.

Sem resposta

No dia 23 de outubro, em audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Ricardo Machado Costa, não respondeu ao questionamento dos deputados sobre se o banco Nossa Caixa será privatizado. O secretário

participou da audiência para prestar esclarecimento sobre as contas do Estado para o 2º quadrimestre deste ano.

Os deputados de oposição enfatizaram as várias ações do governo impostas à Nossa Caixa este ano, como a retirada de R\$ 2,1 bi em troca das contas dos funcionários públicos e o projeto de lei que, se aprovado, pode, além de retirar mais R\$ 1 bi em depósitos judiciais, levar ao enfraquecimento do banco público, como foi feito com o antigo Banespa, que acabou sendo privatizado. A essas medidas soma-se o processo de avaliação do valor de diversas empresas do governo, entre elas da Nossa Caixa, indicando uma possível venda do patrimônio público, que tem sido negada, até o momento, pelo governo.

Planos de Serra

O governo Serra realizará avaliação econômico-financeira de 18 empresas estatais



Jailton Garcia

Bancários e representantes de empresas estatais protestam

com o objetivo de acelerar o processo de privatização no Estado. As empresas que serão analisadas estão divididas em três blocos, de acordo com edital da Secretaria Estadual da Fazenda:

Grupo 1 - Cesp, Sabesp e Nossa Caixa;

Grupo 2 - Metrô, CDHU, CPTM, Dersa, Emae e Cosesp;

Grupo 3 - CPP, Cetesb,

Prodesp, Imesp, EMTU, CPOS, IPT, Codasp e Emplasa.

“É inadmissível que o governo sirva-se do que é público para interesses privados, colocando em risco o emprego de muitos trabalhadores e o sustento de suas famílias”, afirma Marilda Marin, diretora do Sindicato e funcionária do banco Nossa Caixa.

Direitos

Descontos nos salários

O art. 462, caput, da CLT, veda qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamento, dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

Entre os descontos decorrentes de lei, estão o INSS e IRRF.

Podem ser descontados, ainda, os adiantamentos de salário, observando-se que, no caso de rescisão contratual, qualquer compensação no pagamento não poderá exceder a um mês de remuneração do empregado.

Porém, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio da Súmula 342, dispõe que descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou defeito que vicie o ato.

Assim, o judiciário tem admitido a validade de outros descontos nos salários, desde que previamente autorizados. Na hipótese de dano causado pelo empregado é possível o desconto, desde que tal possibilidade tenha sido previamente acordada ou na ocorrência de dolo do empregado. Portanto, se o dano causado por empregado resultar da prática de ato doloso, ou seja, de ato praticado com o intuito deliberado de prejudicar o empregador, é lícito o desconto, ainda que não previsto contratualmente. Já no caso de dano decorrente de culpa do empregado, isto é, quando no exercício de suas funções, embora não tenha tido ele a intenção de praticá-lo, tenha agido com imprudência, negligência ou imperícia, o desconto ficará condicionado à existência de acordo firmado para este fim, ressaltando que é ilegal o empregador transferir para o empregado o risco de sua atividade econômica.

Departamento Jurídico

De Olho no Site

Assinado acordo aditivo com o Banco do Brasil

No dia 22 de outubro representantes dos bancários e do Banco do Brasil assinaram o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, com cláusulas específicas dos funcionários. O acordo prevê, entre outras conquistas, a correção do Plano de Cargos e Salários (PCS) e vários itens de isonomia entre os bancários contratados antes e depois de 1998. Foto: Agnaldo Azevedo.



Reforma da nova sede a todo vapor

A reforma da futura sede do Sindicato está em andamento desde o dia 13 de julho. De lá pra cá a obra está a todo vapor para que a primeira parte do projeto, que inclui a área administrativa, esteja pronta até março. Em seguida terá início a segunda fase com a construção de um auditório para a realização de assembleias e reuniões, além do Centro de Formação. É o Sindicato sempre em busca do melhor para você, associado.



Roberta Alves

Cassi: eleitos representantes dos usuários da região

Em reunião realizada no último dia 16 no módulo ABC foram eleitos representantes dos usuários da região (titular e suplente) no Conselho Estadual de Usuários da Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil). São eles:

Michel Miquelino: 15 votos (titular)

Otoni Pedro de Lima: 14 votos (suplente)

A posse está prevista para a segunda quinzena de novembro.

Fetec SP reúne dirigentes sindicais do Unibanco

No último dia 25 a Federação Estadual dos Bancários reuniu dirigentes sindicais do Unibanco para tratar, entre outros temas, de “Remuneração para Todos” e aspectos ligados à saúde. Diretores do Sindicato estiveram presentes. Confira os resultados do encontro em nosso site.

Leia as matérias na íntegra em nosso site.

Futsal Senador é o campeão de 2007

O Campeonato de Futsal deste ano teve como vitorioso o time Senador

O Campeonato de Futsal dos Bancários do ABC chegou ao fim no último dia 21, domingo, e consagrou campeão o time Senador. O segundo lugar ficou com o Loucura, o terceiro com o Chivas e a quarta colocação foi para o S.C.Sul.

Artilheiro / Melhor defesa

O artilheiro do campeonato com 12 gols foi Leonardo F. Almeida (Loucura) e a melhor defesa com 14 gols sofridos ficou a cargo do Chivas.

Resumo

Ao todo foram realizadas trinta partidas; 235 gols assinalados (média de 7,83 gols por partida), 75 cartões amarelos e 5 vermelhos.

Parabéns a todos os jogadores que participaram do campeonato.

Fotos: Seeb ABC



1º lugar: Senador



3º e 4º lugares: Chivas (dir.) e S.C.Sul (esq.), respectivamente



2º lugar: Loucura

na ponta da Língua

SUSTENTÁVEL

"O documento mostra o que deve ser feito para se ter uma matriz mais sustentável".

José Goldemberg, físico, sobre estudo que mostra que as grandes economias têm até 2012 para começar a investir US\$ 18 bi/ano em energia limpa para ter um "cardápio" energético mais sustentável (FSP - 24/10/07)

BELEZA

"Entre em crise quando me apareceram as primeiras rugas. Depois me acostumei com elas e aprendi que beleza é outra coisa". Michelle Pfeiffer, atriz, confirmando que, aos 49 anos, não usa cremes para a pele (IstoÉ - 24/10/07)

FRASES

"Bom de briga é aquele que cai fora". Adoniram Barbosa

Certa vez, perguntaram ao Bilac: 'Por que vocês fundaram um clube e passaram a se chamar de imortais? Que arrogância é essa?'. Bilac, que adorava ironias, deu uma resposta que me parece muito adequada: 'Não é arrogância, não, somos imortais porque não temos onde cair mortos'. Antonio Callado, membro da Academia Brasileira de Letras

Bancários do ABC: ajude a recuperar essa história

Se você é sindicalizado desde o final da década de 50 ou início da de 60 entre em contato com o Sindicato

O Sindicato faz 50 anos em 2009 e quer resgatar essa história da qual muitos bancários fizeram parte desde o começo. Por isso, se você acompanhou ou conhece bancários que ajudaram na criação da entidade ou da associação que a originou, em 1959, entre em contato.

Nesta etapa inicial a pesquisa vai tentar localizar aqueles que participaram da primeira década do Sindicato (de 1959 até 1969), como dirigente ou funcionário de banco. A idéia é reunir o material em uma publicação a ser lançada no ano de 2009. Para participar, ligue para 4993-8299, ramal 218, na Imprensa.



Presidente:

Maria Rita Serrano

Diretor de Imprensa:

Ageu Ribeiro

Jornalista responsável,

redação e diagramação:

Roberta Alves (MTB 42.757)

Redação e revisão:

Maria Angélica Ferrasoli
(MTB 17.299)

Sede: Rua Xavier de Toledo,
268, Centro, Santo André, SP
CEP 09010-130

Fone: (11) 4993-8299

Fax: (11) 4993-8290

Projeto gráfico:

Marcelo Rodriguez

Impressão:

NSA

Editado em 26/10/2007

Tiragem: 7.500

E-mail:

imprensa@bancariosabc.org.br

www.bancariosabc.org.br